

Governo propõe a servidor reajuste de benefícios em 2024

FUNCIONALISMO/ Ministério da Gestão propõe reajuste médio de 52% a benefícios para saúde, creche e educação. Medida tem maior impacto nos salários mais baixos. Sindicatos minimizam proposta e insistem em correção salarial

Governo oferece alta em auxílio de servidor

ROSA NA HESSEL

Última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre técnicos do governo e representantes dos servidores federais teve duas leituras diferentes. O governo entende que apresenta uma boa proposta, mas as categorias saíram decepcionadas do encontro.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) prevê reajuste médio de 52% para os auxílios, mas zero de correção salarial, com validade a partir de maio de 2024.

Segundo o secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Feijó, os servidores terão um reajuste de 52% no auxílio-alimentação e de 51,06% no auxílio-saúde e no auxílio-creche. O impacto fiscal será maior do que o valor previsto inicialmente no Orçamento do ano que vem, passando de pouco mais de R\$ 1 bilhão para R\$ 3 bilhões.

Segundo o secretário, foi possível fazer um remanejamento de despesas, mas ele não revelou de onde veio o recurso adicional. O objetivo em aumentar os benefícios em vez dos salários, de acordo com Feijó, é fazer com que a distribuição seja mais igualitária.

Além disso, ele diz que o governo está comprometido em garantir pelo menos mais 4,5% de reajuste em 2025 e em 2026, o que daria mais 9% nos dois

últimos anos. Assim, a valorização salarial dos servidores totalizaria "pelo menos" 18% até o fim do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O secretário ainda não descartou um possível reajuste aos servidores em 2024, mas ele estará condicionado ao aumento de receita, porque o Orçamento do próximo, que ainda não foi aprovado pelo Congresso, está bastante restritivo. "Os limites orçamentários estão dados. Se a gente pudesse dar mais do que ofereceu, a gente daria. O problema é que temos um orçamento público que tem que atender o Brasil. Tem que atender a política de valorização do salário mínimo; a política de saúde; a política de educação; a política habitacional; os investimentos para ajudar a economia e gerar mais emprego", afirmou.

Sindicalistas

Os sindicalistas ouvidos pelo Correio estão insatisfeitos. Afirmando que "não houve proposta concreta" do governo e, por isso, ela não será levada para as suas assembleias.

"Nós nem entendemos que isso foi uma proposta, pois não tem quase nada para a maioria dos interessados. Então, nem vamos submeter (a proposta) à base", disse o presidente do Fórum Nacional das Carreiras Técnicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

Na avaliação dele, a proposta "mantém a política de congelamento salarial do governo Jair Bolsonaro (PL)". "E isso merece um repúdio de 1,2 milhão de servidores federais ativos, aposentados e seus pensionistas. E, como aposentados e pensionistas não recebem auxílio-alimentação nem auxílio-creche, a proposta se reveste de um caráter perverso, pois é excludente em relação a esse segmento", criticou Marques.

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fábio Faiaid, considerou a proposta insuficiente. "Reconhecemos avanços nos benefícios, mas a nossa ideia é continuarmos com as reuniões em 2024 e esperar uma proposta concreta do governo", disse.

Destaques

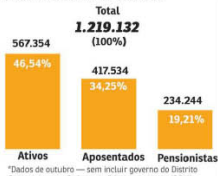
Principais dados da proposta do governo para reajuste médio de 52% no auxílio-alimentação, no auxílio-creche e no auxílio-saúde feita pelo governo

Impacto médio estimado para quem ganha até R\$ 11 mil/mês — quem ganha menos, tem percentual maior de impacto na renda

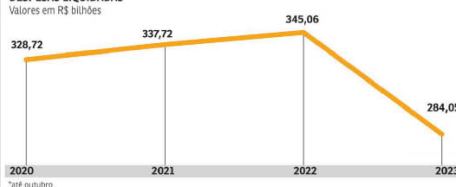
- de 17,5% a 3,9% para quem recebe auxílio-alimentação e tem dois dependentes no auxílio-saúde
de 11,40% a 2,53% para quem recebe apenas auxílio-alimentação
de 23% a 5,1% para quem recebe o auxílio-alimentação, o auxílio-saúde e o auxílio-creche

R\$ 3 bilhões impacto fiscal do reajuste de 52% nos auxílios

PERFIL DOS SERVIDORES FEDERAIS



DESPESAS LIQUIDADAS



\*Dados de outubro — sem incluir governo do Distrito Federal e com a Defensoria Pública da União (DPU)
Fonte: MGI



Cinco perguntas para...

JOSÉ FEIJÓ, Secretário de Relações de Trabalho do MGI

Algumas categorias falam de defasagem salarial de 35% ou mais. Elas vão aceitar zero de reajuste em 2024?

É histórico, no movimento sindical — tanto no serviço público quanto na iniciativa privada — somar perdas do passado. Não conheço nenhuma categoria na iniciativa privada que tenha recuperado perdas do passado. O que você faz é, a partir de uma nova política salarial, repor a inflação e, quando possível, ter aumentos reais. Com o tempo, isso significa uma proposta concreta na remuneração dos servidores e servidoras e dos trabalhadores e trabalhadoras. Quero lembrar que o salário mínimo nos dois primeiros mandatos do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2010), (os servidores) acabaram tendo um reajuste de 74% acima da inflação. Portanto, uma proposta como essa tem, inclusive, efeito distributivo.

Por quê? Porque o 52% de reajuste no auxílio-alimentação, para R\$ 1 mil, se transformam num valor fixo de R\$ 342. Para quem ganha R\$ 40 mil, não é nada. Mas, para quem ganha R\$ 10 mil, são 3,42% de reajuste. E para quem ganha menos que isso, é muito mais. Por isso, o impacto médio nas carreiras pode ser a partir de 7,6% só do auxílio-alimentação. E, se nós considerarmos os outros três benefícios, é possível chegar a um impacto médio da ordem de 17,6%. Mas é verdade que nem todos os servidores recebem os três benefícios.

E, na média, quanto vai ser?

Na média salarial de até R\$ 11 mil, que é uma média bastante razoável, estamos falando de aproximadamente 68% dos funcionários públicos, somadas as três questões. Para quem tem apenas o auxílio-alimentação, o reajuste será de entre 11,42% a 2,53%, dependendo da faixa salarial. Para quem tem o auxílio-alimentação mais o auxílio-saúde com dois dependentes, 17,5% a 3,9%. E para quem tem os três benefícios, o reajuste será de 23% a 5,1%.

Quanto menor o salário, maior o impacto?

Sim. E esse é inclusive, o princípio, de promover justiça. O auxílio-alimentação vai ser reajustado em R\$ 342, o que equivale a 52%. O auxílio-saúde, em média, R\$ 144,38 de reajuste, que é 51,06%; e o auxílio-creche,

em R\$ 163,90, que é também 51,06%. E ainda tem o compromisso de que em 2025 e 2026, garantir mais 4,5% de reajuste.

Isso será linear?

Nós vamos discutir isso depois. O montante pode ser linear, pode não ser linear. Mas isso significa que, nesse período do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teremos assegurado, pelo menos, 18% de reajuste. Como a inflação projetada para esses quatro anos é 16%, teremos, portanto, reposição inflacionária e algum aumento real. Além disso, temos o compromisso de que, em havendo espaço orçamentário, se confirmando em 2024 alguma arrecadação adicional que está previsto, uma parcela desses 9% possa ser antecipada para 2024. Se houver excesso, isso é condicionado. Então, é uma proposta bastante boa. (R1)



José Lopez Feijó, do MGI: reajuste tem efeito distributivo de renda

Edital será divulgado em janeiro

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) atualizou o cronograma do Concurso Público Nacional Unificado. O edital, com todas as regras do certame, será divulgado em 10 de janeiro de 2024. As inscrições começam em 19 de janeiro e seguem até 9 de fevereiro. A realização da prova tem nova data indicativa de 5 de maio.

O calendário foi estabelecido em acordo entre o Ministério da Gestão e a Cesgranrio, banca responsável pela elaboração das provas. O objetivo é garantir tempo suficiente para produção do

material, além de atender a uma demanda dos próprios candidatos. "Recebemos muitas solicitações pelas redes sociais de que as pessoas tivessem mais tempo para estudar e se preparar para a prova", alegou a ministra Esther Dweck, referindo-se as datas previstas para publicação do edital e realização da prova.

Mais cidades

Outra novidade é que o exame agora será realizado em 217 cidades. A ampliação visa garantir que regiões

metropolitanas tenham provas em mais de uma localidade.

As novas cidades são: Ananindeua (PA), Aparecida de Goiânia (GO), Várzea Grande (MT), Camaçari (BA), Lauro de Freitas (BA), Caucaia (CE), Maracanaú (CE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Olinda (PE), Parnamirim (RN), São José dos Pinhais (PR), Farroupilha (RS), São José (SC), Serra Velha (ES), Vila Velha (ES), Betim (MG), Contagem (MG), Belford Roxo (RJ), Duque de Caxias (RJ), Niterói (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São Gonçalo (RJ), São João de Meriti (RJ), Caçapava

(SP), Guarulhos (AP), Hortolândia (SP), Jacareí (SP), Mauá (SP), Mogi das Cruzes (SP), Osasco (SP), Paulínia (SP), Santo André (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Caetano do Sul (SP), Taboão da Serra (SP), Valinhos (SP), Vinhedo (SP).

O Concurso Público Nacional Unificado ofertará 6.640 oportunidades distribuídas entre 21 órgãos públicos. O exame será dividido em duas partes: a primeira, com questões objetivas de matriz comum a todos os candidatos; e a segunda, com provas específicas e dissertativas por blocos temáticos.